TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00008.20260727/0001-86

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE KITS DE NATALIDADES PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA/CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTD**	**UND**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
1	BANHEIRA INFANTIL:	240.0	Unidade	R$ 66,45	R$ 15.948,00
Especificação: BANHEIRA INFANTIL: BANHEIRA PLÁSTICA RESISTENTE, RÍGIDA, COM CAPACIDADE ADEQUADA PARA BEBÊS (APROXIMADAMENTE 20 A 30 LITROS), BORDAS ARREDONDADAS PARA SEGURANÇA E VÁLVULA DE ESCOAMENTO DE ÁGUA.					
2	TOALHA COM CAPUZ:	240.0	Unidade	R$ 30,21	R$ 7.250,40
Especificação: TOALHA COM CAPUZ: TOALHA DE BANHO CONFECCIONADA EM TECIDO FELPUDO 100% ALGODÃO, MACIA E COM EXCELENTE CAPACIDADE DE ABSORÇÃO. DEVE POSSUIR CAPUZ, PREFERENCIALMENTE FORRADO COM TECIDO DE FRALDA, PARA PROTEGER A CABEÇA E AS ORELHAS DO RECÉM-NASCIDO DO FRIO.					
3	MANTA INFANTIL MACIA	240.0	Unidade	R$ 69,90	R$ 16.776,00
Especificação: MANTA INFANTIL MACIA (EM MICROFIBRA OU TECIDO TÉRMICO), ANTIALÉRGICA, IDEAL PARA MANTER A TEMPERATURA CORPORAL DO BEBÊ ESTÁVEL.					
4	CUEIRO:	240.0	Unidade	R$ 30,05	R$ 7.212,00
Especificação: CUEIRO: TECIDO TIPO FLANELA, 100% ALGODÃO, LEVE E MACIO, COM ACABAMENTO NAS BORDAS. IDEAL PARA ENROLAR O BEBÊ, FORRAR SUPERFÍCIES OU PROTEGER CONTRA O VENTO.					
5	KIT COM 5 FRALDAS DE PANO	240.0	Unidade	R$ 37,00	R$ 8.880,00
Especificação: KIT COM 5 FRALDAS DE PANO: FRALDAS DE TECIDO 100% ALGODÃO (TIPO LUXO), REUTILIZÁVEIS, COM TECIDO DUPLO DE ALTA ABSORÇÃO E BAINHA NAS LATERAIS PARA NÃO DESFIAR.					
6	PACOTE DE FRALDAS DESCARTÁVEIS RN/P:	240.0	Pacote	R$ 29,21	R$ 7.010,40
Especificação: PACOTE DE FRALDAS DESCARTÁVEIS RN/P: FRALDAS DESCARTÁVEIS DE FORMATO ANATÔMICO, COM FITAS AJUSTÁVEIS, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO E GEL SUPERABSORVENTE. TAMANHO RECÉM-NASCIDO (RN) OU PEQUENO (P).					
7	CAMISETA E MIJÃO:	240.0	Pacote	R$ 65,40	R$ 15.696,00
Especificação: CAMISETA E MIJÃO: CONJUNTO CONTENDO UMA CAMISETA (TIPO BATA) E UM MIJÃO (CALÇA COM OU SEM PÉ REVERSÍVEL). MATERIAL 100% ALGODÃO, CONFORTÁVEL PARA O DIA A DIA, COM PACOTE COM 02 (DUAS) UNIDADES.					
8	MARCAÇÃO INFANTIL DE MANGA CURTA OU LONGA	240.0	Unidade	R$ 26,48	R$ 6.355,20
Especificação: MARCAÇÃO INFANTIL DE MANGA CURTA OU LONGA, EM MALHA 100% ALGODÃO, COM GOLA AMERICANA (TRANSPASSADA) E BOTÕES DE PRESSÃO ENTRE AS PERNAS.					
9	KIT COM 3 PARES DE MEIAS	240.0	Kit	R$ 14,00	R$ 3.360,00
Especificação: KIT COM 3 PARES DE MEIAS; MEIAS INFANTIS, TAMANHO RECÉM-NASCIDO, SEM ELÁSTICO COMPRESSIVO PARA NÃO MACHUCAR OU PRENDER A CIRCULAÇÃO DO TORNOZELO DO BEBÊ.					
10	PAR DE LUVAS PARA RECÉM-NASCIDO	240.0	Par	R$ 6,11	R$ 1.466,40

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 1/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/1342484922/auth/

Especificação: PAR DE LUVAS PARA RECÉM-NASCIDO; LUVINHAS DE ALGODÃO MACIO PARA MANTER AS MÃOS DO BEBÊ AQUECIDAS E EVITAR QUE ELE ARRANHE O PRÓPRIO ROSTO					
11	TOUCA:	240.0	Unidade	R$ 10,90	R$ 2.616,00
Especificação: TOUCA: TOUCA EM TECIDO DE ALGODÃO MACIO PARA PROTEGER A CABEÇA DO RECÉM-NASCIDO E EVITAR A PERDA DE CALOR CORPORAL.					
12	KIT PENTE E ESCOVA	240.0	Kit	R$ 26,56	R$ 6.374,40
Especificação: KIT PENTE E ESCOVA; CONJUNTO PARA CUIDADOS CAPILARES CONTENDO UM PENTE COM PONTAS ARREDONDADAS E UMA ESCOVA COM CERDAS SINTÉTICAS EXTRAMACIAS, ADEQUADAS PARA O COURO CABELUDO SENSÍVEL.					
13	SABONETE INFANTIL LÍQUIDO	240.0	Unidade	R$ 23,63	R$ 5.671,20
Especificação: SABONETE INFANTIL LÍQUIDO “CABEÇA AOS PÉS: SABONETE LÍQUIDO ESPECÍFICO PARA BEBÊS, COM PH FISIOLÓGICO/NEUTRO, FÓRMULA "SEM LÁGRIMAS", HIPOALERGÊNICO E DERMATOLOGICAMENTE TESTADO					
14	POMADA PARA ASSADURAS	240.0	Unidade	R$ 29,80	R$ 7.152,00
Especificação: POMADA PARA ASSADURAS CREME PREVENTIVO DE ASSADURAS À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E VITAMINAS, TEXTURA FÁCIL DE ESPALHAR E REMOVER, PROTEGENDO A PELE SENSÍVEL CONTRA A UMIDADE					
15	PACOTE DE ABSORVENTES PÓS-PARTO;	240.0	Pacote	R$ 41,65	R$ 9.996,00
Especificação: PACOTE DE ABSORVENTES PÓS-PARTO; PACOTE DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS COM FORMATO ANATÔMICO, ESPECÍFICOS PARA USO NO PERÍODO PÓS-PARTO, GARANTINDO ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, COBERTURA SUAVE E MAIOR SEGURANÇA CONTRA VAZAMENTOS.					
Valor total do lote R$ 121.764,00 (cento e vinte e um mil, setecentos e sessenta e quatro reais)					

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	BANHEIRA INFANTIL:	240.0	Unidade	R$ 66,45	R$ 15.948,00
BANHEIRA INFANTIL: BANHEIRA PLÁSTICA RESISTENTE, RÍGIDA, COM CAPACIDADE ADEQUADA PARA BEBÊS (APROXIMADAMENTE 20 A 30 LITROS), BORDAS ARREDONDADAS PARA SEGURANÇA E VÁLVULA DE ESCOAMENTO DE ÁGUA.					
2	TOALHA COM CAPUZ:	240.0	Unidade	R$ 30,21	R$ 7.250,40
TOALHA COM CAPUZ: TOALHA DE BANHO CONFECCIONADA EM TECIDO FELPUDO 100% ALGODÃO, MACIA E COM EXCELENTE CAPACIDADE DE ABSORÇÃO. DEVE POSSUIR CAPUZ, PREFERENCIALMENTE FORRADO COM TECIDO DE FRALDA, PARA PROTEGER A CABEÇA E AS ORELHAS DO RECÉM-NASCIDO DO FRIO.					
3	MANTA INFANTIL MACIA	240.0	Unidade	R$ 69,90	R$ 16.776,00
MANTA INFANTIL MACIA (EM MICROFIBRA OU TECIDO TÉRMICO), ANTIALÉRGICA, IDEAL PARA MANTER A TEMPERATURA CORPORAL DO BEBÊ ESTÁVEL.					
4	CUEIRO:	240.0	Unidade	R$ 30,05	R$ 7.212,00
CUEIRO: TECIDO TIPO FLANELA, 100% ALGODÃO, LEVE E MACIO, COM ACABAMENTO NAS BORDAS. IDEAL PARA ENROLAR O BEBÊ, FORRAR SUPERFÍCIES OU PROTEGER CONTRA O VENTO.					
5	KIT COM 5 FRALDAS DE PANO	240.0	Unidade	R$ 37,00	R$ 8.880,00
KIT COM 5 FRALDAS DE PANO: FRALDAS DE TECIDO 100% ALGODÃO (TIPO LUXO), REUTILIZÁVEIS, COM TECIDO DUPLO DE ALTA ABSORÇÃO E BAINHA NAS LATERAIS PARA NÃO DESFIAR.					
6	PACOTE DE FRALDAS DESCARTÁVEIS RN/P:	240.0	Pacote	R$ 29,21	R$ 7.010,40
PACOTE DE FRALDAS DESCARTÁVEIS RN/P: FRALDAS DESCARTÁVEIS DE FORMATO ANATÔMICO, COM FITAS AJUSTÁVEIS, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO E GEL SUPERABSORVENTE. TAMANHO RECÉM-NASCIDO (RN) OU PEQUENO (P).					
7	CAMISETA E MIJÃO:	240.0	Pacote	R$ 65,40	R$ 15.696,00
CAMISETA E MIJÃO: CONJUNTO CONTENDO UMA CAMISETA (TIPO BATA) E UM MIJÃO (CALÇA COM OU SEM PÉ REVERSÍVEL). MATERIAL 100% ALGODÃO, CONFORTÁVEL PARA O DIA A DIA, COM PACOTE COM 02 (DUAS) UNIDADES.					
8	MARCAÇÃO INFANTIL DE MANGA CURTA OU LONGA	240.0	Unidade	R$ 26,48	R$ 6.355,20
MARCAÇÃO INFANTIL DE MANGA CURTA OU LONGA, EM MALHA 100% ALGODÃO, COM GOLA AMERICANA (TRANSPASSADA) E BOTÕES DE PRESSÃO ENTRE AS PERNAS.					
9	KIT COM 3 PARES DE MEIAS	240.0	Kit	R$ 14,00	R$ 3.360,00

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 2/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/1342484922/auth/

KIT COM 3 PARES DE MEIAS; MEIAS INFANTIS, TAMANHO RECÉM-NASCIDO, SEM ELÁSTICO COMPRESSIVO PARA NÃO MACHUCAR OU PRENDER A CIRCULAÇÃO DO TORNOZELO DO BEBÊ.					
10	PAR DE LUVAS PARA RECÉM-NASCIDO	240.0	Par	R$ 6,11	R$ 1.466,40
PAR DE LUVAS PARA RECÉM-NASCIDO; LUVINHAS DE ALGODÃO MACIO PARA MANTER AS MÃOS DO BEBÊ AQUECIDAS E EVITAR QUE ELE ARRANHE O PRÓPRIO ROSTO					
11	TOUCA:	240.0	Unidade	R$ 10,90	R$ 2.616,00
TOUCA: TOUCA EM TECIDO DE ALGODÃO MACIO PARA PROTEGER A CABEÇA DO RECÉM-NASCIDO E EVITAR A PERDA DE CALOR CORPORAL.					
12	KIT PENTE E ESCOVA	240.0	Kit	R$ 26,56	R$ 6.374,40
KIT PENTE E ESCOVA; CONJUNTO PARA CUIDADOS CAPILARES CONTENDO UM PENTE COM PONTAS ARREDONDADAS E UMA ESCOVA COM CERDAS SINTÉTICAS EXTRAMACIAS, ADEQUADAS PARA O COURO CABELUDO SENSÍVEL.					
13	SABONETE INFANTIL LÍQUIDO	240.0	Unidade	R$ 23,63	R$ 5.671,20
SABONETE INFANTIL LÍQUIDO “CABEÇA AOS PÉS: SABONETE LÍQUIDO ESPECÍFICO PARA BEBÊS, COM PH FISIOLÓGICO/NEUTRO, FÓRMULA "SEM LÁGRIMAS", HIPOALERGÊNICO E DERMATOLOGICAMENTE TESTADO					
14	POMADA PARA ASSADURAS	240.0	Unidade	R$ 29,80	R$ 7.152,00
POMADA PARA ASSADURAS CREME PREVENTIVO DE ASSADURAS À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E VITAMINAS, TEXTURA FÁCIL DE ESPALHAR E REMOVER, PROTEGENDO A PELE SENSÍVEL CONTRA A UMIDADE					
15	PACOTE DE ABSORVENTES PÓS-PARTO;	240.0	Pacote	R$ 41,65	R$ 9.996,00
PACOTE DE ABSORVENTES PÓS-PARTO; PACOTE DE ABSORVENTES HIGIÊNICOS COM FORMATO ANATÔMICO, ESPECÍFICOS PARA USO NO PERÍODO PÓS-PARTO, GARANTINDO ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, COBERTURA SUAVE E MAIOR SEGURANÇA CONTRA VAZAMENTOS.					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O custo estimado total da contratação é de **R$ 121.764,00 (cento e vinte e um mil, setecentos e sessenta e quatro reais)**

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 3/7 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/1342484922/auth/

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

4.4. Requisitos de Qualidade e Padronização dos Itens

4.4.1. Certificações: Todos os itens que compõem o kit (como banheiras, vestuário e produtos de higiene) deverão possuir certificação do INMETRO e registro na ANVISA, quando aplicável, garantindo que não ofereçam riscos à saúde do bebê.

4.5. Especificações Técnicas:

4.5.1. Os tecidos (roupas, mantas e fraldas de pano) devem ser preferencialmente 100% algodão, de toque macio e antialérgico.

4.5.2. Os produtos de higiene (sabão líquido, pomada, colônia) devem ter formulação específica para recém-nascidos (hipoalergênicos e sem parabenos).

4.6. Prazo de Validade:

4.6.1. No momento da entrega, os produtos perecíveis (higiene) deverão apresentar prazo de validade remanescente de, no mínimo, 12 (doze) meses.

4.7. Requisitos de Sustentabilidade e Responsabilidade Social

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 4/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/134248922/auth/

4.7.1. Sustentabilidade: Preferência por embalagens recicláveis e fornecedores que adotem práticas de descarte consciente.

4.7.2. Origem dos Produtos: Os produtos não devem ser provenientes de trabalho escravo ou infantil, devendo a contratada apresentar declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

4.8. Obrigações da Contratada

4.8.1. Substituir, sem custos adicionais para o Município, qualquer item que apresente defeito de fabricação ou que estejam fora das especificações, no prazo máximo de 48 horas após a notificação.

4.9. Da Proposta de Preços Inicial

4.9.1. O licitante deverá apresentar, obrigatoriamente no momento do cadastramento de sua proposta inicial no sistema, o comprovante de recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da licitação, como condição de admissibilidade da proposta.

4.9.2. Considerando que o sistema eletrônico não dispõe de campo próprio para inserção do comprovante de garantia de proposta, o referido documento deverá ser obrigatoriamente anexado no mesmo arquivo da proposta inicial, de forma conjunta e em arquivo único no formato PDF.

4.9.3. A garantia de manutenção de proposta deverá ser prestada sob uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia, devidamente autorizado a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.9.4. No caso de prestação de garantia de manutenção de proposta em dinheiro, deverá ser apresentado comprovante de depósito identificado no valor estipulado, na seguinte conta:

BANCO DO BRASIL S/A

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 5/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/1342484922/auth/

Agência: 4374-5

Conta Corrente: 6733-4

4.9.5. A não apresentação da garantia de proposta no prazo e forma estabelecidos implicará a desclassificação imediata da proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, especialmente no Acórdão nº 1.128/2026 – Plenário.

4.9.6. Não será admitida a apresentação posterior, complementação ou regularização da garantia de proposta após o cadastramento da proposta no sistema, ressalvadas apenas diligências destinadas à verificação de documentos já apresentados, vedada a inclusão de documento novo.

4.9.7. O envio do comprovante de garantia de proposta em arquivo ilegível, corrompido, em formato diverso do exigido, incompleto ou que impeça a sua verificação será de inteira responsabilidade do licitante, equiparando-se à sua não apresentação, ensejando a desclassificação imediata da proposta.

4.9.8. Compete ao licitante assegurar a integridade, legibilidade, formato e correta anexação dos arquivos no sistema, devendo, para tanto, conferir previamente os documentos antes de seu envio, não cabendo qualquer alegação posterior de erro ou falha no arquivo encaminhado.

4.9.9. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

4.9.10. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos necessários à contratação, nos termos da legislação vigente.

4.10. Da apresentação de Amostras

4.10.1. Ultrapassada a fase de lances, o(a) Pregoeira(o) comunicará aos participantes quanto abertura da fase de apresentação de amostras, onde o licitante classificado temporariamente em 1º lugar deverá apresentar 01 (uma) amostras em 5 (cinco) dias úteis a partir da convocação do pregoeiro(a), sob pena de desclassificação.

4.10.2. As amostras dos licitantes provisoriamente vencedores de todos os itens do processo, deveram ser identificadas individualmente com número do lote e número do item e com etiqueta informando o nome do fabricante e a composição técnica do produto, sob pena de desclassificação;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 6/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/134248922/auth/

4.10.3. As amostras deverão ser enviadas no prazo máximo estabelecido no item 4.10.1. a contar da convocação na plataforma eletrônica, para o endereço fornecido pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, na Rua Sagrado de Coração, Nº 45 - Centro - CEP: 63.780-000, PRÓXIMO AO BANCO DO BRASIL, em dia e horário previamente agendados, compreendendo os dias úteis entre segunda a sexta-feira das 08:00hs às 11:00hs e das 14:00hs às 17:00hs.

4.10.4. As amostras apresentadas serão avaliadas pela Comissão formada na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 10 (dez) dias, contado da emissão da Ordem de Compra/Fornecimento formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues na sede da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social ou no endereço determinado pelo Contratante, no Município de Monsenhor Tabosa.

5.4. Os Produtos objetos da presente contratação deverão ser entregues na forma de kits, devidamente organizados e acondicionados contendo todos os itens que compõem cada unidade, conforme as especificações e quantitativos estabelecidos pelo órgão demandante.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 7/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/134248922/auth/

correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5°do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 8/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/134248492 2/auth/

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
AVANÇADA
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 9/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/134248922/auth/

6.11. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 10/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/134248922/auth/

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 11/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/1342484922/auth/

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
AVANÇADA
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 12/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/1342484922/auth/

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24.A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 13/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/1342484922/auth/

Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN),

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 14/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/134248492 2/auth/

referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 15/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/134248492 2/auth/

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).;

8.2.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.2.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26.As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 16/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/134248922/auth/

contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ções) 0802.08.244.0815.2.047 - Benefícios Eventuais no Município, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Monsenhor Tabosa/CE, 04 de agosto de 2026

assinado eletronicamente
Francisca Rosimary De Farias Ximenes
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QRCODE AO LADO PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
Francisca Rosimary de Farias Ximenes
DATA: 04/08/2026
AVANÇADA

Assinado via IntGest Sign – ID: 134-248-4922 - Pág. 17/17 - Verificação: https://assinatura.intgest.com.br/134248922/auth/